

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS.-----

--- Aos vinte e nove dias mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: ---

--- **Um**—APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E SETE. -

--- **Três**—APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E SETE.-----

--- **Quatro**—APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO.-----

--- **Cinco**—APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RESPEITANTE AO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, LOCALIZADOS NA PRACETA DEFENSORES DA PÁTRIA E NO BAIRRO SUÍÇO.

--- **Seis**—APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE À EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E REFORÇO DA PONTE D. LUÍS I, EM SANTARÉM. -----

--- **Sete**—APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE À REABILITAÇÃO E ALARGAMENTO DA PONTE SOBRE A RIBEIRA DE PEROFILHO AO QUILÓMETRO SETENTA+SETECENTOS. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- **Oito**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE À SUBSTITUIÇÃO DA PONTE DO BARBANCHO SOBRE A RIBEIRA DAS ALCOBERTAS AO QUILOMETRO SESSENTA E CINCO+NOVECENTOS E SESSENTA. -----

--- **Nove**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE AO PROJECTO DE CONSOLIDAÇÃO DAS BARREIRAS DE SANTARÉM. -----

--- **Dez**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS A COBRAR PELA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- **Onze**—ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

--- **Doze**—APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Jorge Batista

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

275

Filipe, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Maria Celeste Cadima Gonçalves (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Luís Maria Severino Arrais (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros).-----

--- Justificou a sua ausência: -----

--- José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Helder Nuno Cruz de Jesus Oliveira Pombo (PSD), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD) e a senhora Maria Helena Gaspar da Fonseca (PSD).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ramiro José Jerónimo de Matos, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Lígia Corujo Reis Batalha, Manuel António dos Santos Afonso, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Luís Manuel da Graça Batista e Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- Ausências:-----

--- Francisco Maria Moita Flores e Henriqueta da Graça Pereira Carolo.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, convidando o senhor **Vicente Batalha** para Segundo Secretário da Mesa em virtude da ausência do senhor Francisco José Viegas Santos por motivos de saúde.---

--- Depois, verificou a identidade e legitimidade da senhora **Maria Ilda Paulino Lanceiro** que tomou posse em substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida, que apresentou renúncia ao mandato, nos termos da Lei e do Regimento.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento de um novo assunto para incluir na ordem de trabalhos da sessão de hoje, dando a palavra ao senhor **Vereador Ramiro Matos** que referiu tratar-se de um empréstimo para a recuperação da zona degradada de Ribeira de Santarém e de Alfange até ao montante de seis milhões de euros. Acrescentou que a documentação não foi distribuída logo por ter resultado de uma deliberação tomada na reunião de Câmara de vinte de Dezembro, salientando que a não aprovação deste empréstimo nesta sessão fará com que o Município fique impossibilitado de contrair este empréstimo excepcionada à capacidade de endividamento do Município.

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a inclusão do Empréstimo Excepcionado à Capacidade de Endividamento até ao montante de seis milhões de euros na ordem de trabalhos tendo se verificado o seguinte resultado: trinta e dois votos a favor, dezassete votos contra e duas abstenções. -----

--- Assim, o assunto em causa não foi admitido dado não ter obtido o voto favorável de dois terços dos membros presentes.-----

--- Pelo senhor **Pedro Braz** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “O Partido Socialista votou contra a inserção deste assunto porque considera que dois dias para apreciar um empréstimo de seis milhões de euros sem conhecer a metodologia de como e onde iria ser utilizado é pouco tempo. Tendo o ofício da Associação Nacional

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

277

de Municípios Portugueses entrado nos serviços da Câmara Municipal de Santarém a vinte e dois de Novembro último, temos para nós, tempo mais que suficiente para nos ser fornecida esta e outra documentação para podermos apreciar este empréstimo em condições”.-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “A minha abstenção tem a ver com o seguinte: em primeiro lugar não queremos travar o andamento do concelho; por outro lado, também não concordamos que em quarenta e oito horas tenhamos de avaliar um empréstimo de seis milhões de euros”.-----

--- Depois, pelo senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, foi proferida a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Gostaria que o Executivo tivesse o cuidado de explicar às populações que iriam ser abrangidas por este empréstimo porque razão o mesmo não pôde ser feito”.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão a Acta número dez/dois mil e seis.-----

--- Usou da palavra o senhor **Pedro Braz** referindo que a sua intervenção a solicitar que as afirmações proferidas pelo senhor Vereador Ramiro Matos em relação à sua pessoa não está transcrita na acta número dez/dois mil e seis, pelo que solicitou que a mesma fosse retirada para a respectiva correcção.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** concordou, retirando a acta para lhe ser introduzida a referida correcção.-----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Pedro Braz** que lamentou a ausência do senhor Presidente da Câmara numa das sessões mais importantes do ano, considerando que ele teve receio de enfrentar as questões que o Partido Socialista tinha para lhe colocar. -----

--- Referiu que na sessão de vinte e nove de Setembro último o Partido Socialista apresentou um requerimento a solicitar uma lista de pagamentos entre duas datas ao qual,

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

até à presente data, não foi dada qualquer resposta. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que referiu que em relação às iniciativas levadas a cabo sobre o Alviela se salvou a do Festival de Música do Alviela. -----

--- Deu conta de mais uma descarga brutal ocorrida em vésperas de Natal, sobre a qual a GNR levantou um auto de ocorrência, destacando que estas descargas têm tido uma prática semanal.-----

--- Criticou a atitude dos deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia da República, eleitos pelo distrito de Santarém, relativamente à não inclusão do Alviela em PIDDAC.-----

--- Considerou que apenas uma queixa-crime no Tribunal Europeu poderá ajudar a resolver o flagelo do Rio Alviela.-----

--- De seguida, o senhor **João Teixeira Leite** interveio congratulando-se com a alteração da localização do complexo desportivo, considerando que este novo local junto de infra-estruturas já existentes irá trazer mais valias para Santarém. -----

--- Falou da necessidade de construção de um parque radical, salientando que a sua localização junto ao Complexo Aquático seria uma boa solução. -----

--- Disse verificar com agrado que estão a ser dados passos importantes tendo em vista a criação de um Conselho Municipal de Juventude em Santarém. -----

--- Usou, a seguir, da palavra a senhora **Dúnia Palma** para agradecer o mapa que foi distribuído sobre a situação do ensino no concelho de Santarém ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, referindo que gostaria de ser esclarecida em relação às actividades de enriquecimento curricular. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Aires Lopes** que alertou para o facto de estarem a circular camiões de cinquenta toneladas de peso na ponte que liga a Ribeira de Santarém à Estrada do Campo, a qual apenas pode suportar cerca de quinze toneladas.---

--- Chamou a atenção para o mau estado das estradas interiores do campo as quais se

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

279

encontram praticamente intransitáveis. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** que se congratulou com o protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Santarém e a Associação de Apoio à Vítima que possibilitará, dentro em breve, a abertura de um Gabinete de Apoio à Vítima em Santarém. -----

--- Solicitou esclarecimentos relativamente à posição do Executivo Municipal sobre o CNEMA, lembrando que está prevista uma sessão extraordinária da Assembleia para debater esta questão. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Pedro Malaca** que se referiu ao desenrolar do processo referente à Empresa “Águas do Ribatejo”, considerando que com o saída do Município de Santarém deste processo a tradição e a ligação de Santarém à Lezíria ficará comprometida. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que solicitou esclarecimentos em relação à falta de respostas aos requerimentos à Câmara Municipal de Santarém, por ele apresentados. -----

--- Deu conhecimento das más condições de conservação da estrada entre Santos e Pernes com as últimas chuvas, alertando para o perigo de ali virem a ocorrer acidentes graves. -----

--- Usou, seguidamente, da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que lamentou também a ausência do senhor Presidente da Câmara nesta sessão, na qual irá ser discutido um dos documentos mais importantes para a gestão do Município de Santarém. -----

--- Referiu ter sido com agrado que leu na imprensa regional a intenção da Câmara estabelecer a autoridade municipal. Contudo, salientou a este respeito que o seu requerimento de dez de Outubro foi apresentado porque a Câmara no ofício que lhe dirigiu em Setembro não respondeu às questões colocadas no requerimento dirigido à Mesa, em Agosto último. Acrescentou que o estabelecimento mencionado no referido requerimento continua aberto em situação irregular, mesmo que tenham sido cumpridas

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

todas as normas de segurança, dado que a actividade ali exercida não pode ser desenvolvida num prédio de habitação. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Luís Almeida** que se referiu à questão da empresa “Águas do Ribatejo” perguntando se irá haver financiamento.-----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** usou da palavra referindo que se estão a comemorar os trinta anos do Poder Local Democrático, era a esperança a desabrochar, era o desafio de tomar nas próprias mãos os destinos das comunidades e a tentativa de dar um futuro melhor para as populações. -----

--- Lembrou Francisco Pereira Viegas, Presidente da Comissão Administrativa. Vieram depois as primeiras eleições autárquicas. Ladislau Teles Botas e o Partido Socialista foram os grandes vencedores que esteve na presidência até mil novecentos e noventa e dois, sendo substituído por José Miguel Noras que completou esse mandato e fez mais dois. Seguiu-se Rui Barreiro que, em Outubro de dois mil e cinco, cedeu o lugar a Francisco Moita Flores e ao Partido Social Democrata naquilo que pode ser considerado uma viragem. Funcionou a alternância democrática. -----

--- Na Assembleia Municipal Jaime Figueiredo, Joaquim Santos Martinho, José Churro Faustino, Eurico Saramago, José Niza, José Miguel Noras e presentemente António Pinto Correia foram presidentes eleitos em diferentes maiorias. -----

--- Salientou que preferiria não a alternância mas sim a alternativa democrática e que a Assembleia fosse um órgão com poderes e não este faz de conta administrativo. -----

--- O País nestes últimos trinta anos mudou muito para muito melhor, passou-se a assistir à requalificação de espaços públicos, com limitações, erros, omissões, mas há obra e ela está à vista, segundo referiu, nestas obras, no melhor e no pior, estão milhões de autarcas de norte a sul do país. -----

--- Destacou a importância de dignificar o Poder Local, criticando as medidas do Governo na tentativa de minorar e passar um atestado de incapacidade aos autarcas deste país. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

281

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, que deu os parabéns ao Executivo Municipal pela nova localização do complexo desportivo municipal. -----

--- Aproveitou para lamentar a ausência dos senhores vereadores Rui Barreiro e Joaquim Neto na presente sessão da Assembleia. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **José Gandarez** que considerou as críticas dirigidas ao senhor Presidente da Câmara pela sua ausência injustas, criticando que se esteja a acusá-lo de receio quando ele, em outras situações, já deu provas em contrário. -----

--- Quanto ao CNEMA referiu que foi acordado em sede de reunião do Secretariado, por razões que são do conhecimento de todos, adiar a realização dessa sessão extraordinária sobre o CNEMA, para uma próxima oportunidade. -----

--- Tomou a palavra depois o senhor **Nuno Serra** que considerou que a nova localização do complexo desportivo municipal permite uma maior concentração de meios e de equipamentos e ao mesmo tempo libertar um importante espaço junto à Zona Industrial que poderá permitir a criação de um novo espaço industrial. -----

--- Questionou em relação à empresa “Águas do Ribatejo” como é que se faz um plano de negócios de uma empresa que perde dezoito milhões de euros. Apenas vendo as seguintes hipóteses: o privado aumenta o seu capital; as Câmaras entram com mais dinheiro; a empresa aumenta as tarifas para reaver esse capital; a empresa pede um empréstimo para repor esse capital. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que criticou a posição do Partido Socialista ao inviabilizar a introdução de um empréstimo de longo prazo de seis milhões de euros para a reabilitação da Ribeira e Alfange, considerando ser um acto grave quando foi o próprio Partido Socialista que deixou fugir as verbas do Valtejo para financiamento dessas novas fases do Al-Margem. Lembrou que este empréstimo excepcionado à capacidade de endividamento do Município decorre da Lei de Orçamento de Estado para dois mil e seis, tendo o Governo apenas em Novembro do corrente ano

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

regulamentado esta Lei. -----

--- Quanto ao mapa dos pagamentos referiu que irá averiguar de modo a saber o que se passa em relação ao assunto. Todavia, os membros da Assembleia podem tomar conhecimento desses mapas através dos vereadores dos seus partidos. -----

--- Relativamente ao complexo desportivo salientou existir a necessidade de concentrar equipamentos desportivos de forma a poder torná-los mais viáveis do ponto de vista económico e funcional. -----

--- Prosseguiu, prestando esclarecimentos no tocante ao CNEMA, considerando que a deliberações do Conselho de Administração estão a ser tomadas de forma ilegal.-----

--- Salientou que o desfecho da empresa “Águas do Ribatejo” não se ficou a dever ao Presidente da Câmara Municipal de Santarém, uma vez que a empresa em causa não poderá ser constituída porque não tem fundo de coesão. -----

--- Concluiu, felicitando o senhor Vicente Batalha pela sua excelente intervenção.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Braz** referindo que os membros da Assembleia são autónomos em solicitarem os esclarecimentos que muito bem entendam.-----

--- A seguir, usou da palavra a senhor **Idália Moniz** manifestando a sua preocupação relativamente ao desenrolar do processo da empresa “Águas do Ribatejo”, bem como no tocante aos custos que este processo possa vir a ter para Santarém, nomeadamente o preço por metro cúbico de água que os munícipes terão de pagar. -----

--- Salientou que gostaria de ter conhecimento do estudo de viabilidade realizado pela Câmara tendo em vista a saída deste processo em alternativa às “Águas do Ribatejo”.-----

--- Sublinhou que a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo desde a sua criação e enquanto Associação de Municípios da Lezíria do Tejo sempre foi geradora de consensos. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que referiu que respeita o espírito de solidariedade com todos os outros municípios. No entanto tem algum receio que o interesse partidário da maioria dos Municípios da Comunidade Urbana da Lezíria

do Tejo se sobreponham aos interesses do concelho, destacando que gostaria de saber qual a posição do Partido Socialista relativamente a esta matéria. -----

--- Salientou que a preocupação do Partido Social Democrata desde sempre foi o preço da água a cobrar pela empresa “Águas do Ribatejo”, lembrando a posição dos vereadores do PSD aquando da criação desta empresa. -----

Afirmou que caso as coisas tivessem decorrido com normalidade, o fundo de coesão estivesse aprovado e se pudesse constituir a empresa, seguramente que Santarém estaria nesta empresa. Agora a negligência da CULT levou a que o processo esteja todo adulterado. -----

--- Quanto aos estudos de viabilidade informou que os mesmos irão ser discutidos pelo Executivo e depois, na devida oportunidade, será dado conhecimento à Assembleia. -----

--- Por último, interveio o senhor **Pedro Malaca** considerando que com este desfecho do processo das “Águas do Ribatejo” a relação entre a Câmara de Santarém e os outros Municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo fica comprometida, sugerindo ao PSD que assumam a sua “muleta política” aproveitando o mediatismo do senhor Presidente da Câmara, Francisco Moita Flores. -----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Usou da palavra o senhor **Luís Almeida** que se referiu ao Festival de Música do Alviela questionando se o mesmo já foi pago uma vez que foi afirmado que a realização do mesmo tinha financiamento garantido. -----

--- Estranhou o facto do presente documento apenas mencionar o pagamento de obras do anterior mandato. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- Tomou, a seguir, a palavra a senhora **Idália Moniz** que lembrou que em anterior sessão já havia saudado a instalação de um Gabinete de Apoio à Vítimas, querendo saber para quando está prevista a instalação do referido Gabinete. -----

--- Questionou quais as medidas que foram tomadas no âmbito do protocolo assinado com a Associação Portuguesa de Cidade e Vilas com Mobilidade para Todos, tendo em vista a eliminação das barreiras arquitectónicas em Santarém. -----

--- Interveio, depois, o senhor **José Luís Cabrita** que registou com agrado a acção do Executivo em avaliar o estado dos parómetros existentes, considerando ser altura de proceder também à sua legalização em termos de funcionamento.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Malaca** solicitando esclarecimentos em relação a uma verba de cerca de dezoito mil euros para despesas de representação. -----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de freguesia de Tremês, perguntando quais as freguesias contempladas pelos dez parques infantis, bem como se a freguesia de Tremês irá ser beneficiada com algum dos quarenta e cinco parques infantis que estão por instalar. -----

--- Referiu estar bastante preocupado com a questão das “Águas do Ribatejo” salientando ter dois projectos de saneamento para a freguesia de Tremês, perguntando caso a CULT decida não avançar com os projectos para Santarém como é que vai ser o saneamento para o concelho. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, a senhora **Fernanda Azoia** que felicitou o Executivo por algumas iniciativas levadas a cabo, designadamente a inauguração do Pavilhão da Escola Mem Ramires, a criação da Marca “Santarém” querendo saber que medidas estão a ser tomadas tendo em vista dar conteúdo a esta Marca e tornar Santarém numa capital de distrito digna desse nome. -----

--- Destacou ainda a realização do Requiem, assim como a fixação do Museu Salgueiro Maia em Santarém.-----

--- De seguida, interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** perguntando de que forma

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

285

foi garantida a fixação do Museu Salgueiro Maia em Santarém, nomeadamente se está garantida a sua requalificação refortalecendo as suas referências ao Vinte Cinco de Abril e à coluna militar que saiu de Santarém. -----

--- Quis saber se está garantida a vinda da Escola da Guarda Nacional Republicana para ocupar aquele espaço e se existe o compromisso da Câmara de não permitir que aquele espaço fique sujeito à especulação imobiliária. -----

--- Questionou que medidas foram tomadas em relação ao Dia Europeu sem Carros tendo em vista a implementação de medidas no futuro. -----

--- Congratulou-se com a construção de ciclovias e chamou a atenção para a necessidade de serem criados locais de estacionamento para bicicletas junto das escolas e no centro histórico. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Vicente Batalha** que solicitou esclarecimentos sobre a data de conclusão das habitações sociais. -----

--- Questionou que medidas a Câmara vai tomar em relação à estrada quinhentos e noventa e quatro – dois, entre Pernes e o Arneiro das Milhariças tendo em atenção os sucessivos deslizamentos ali ocorridos. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que informou quanto aos parcómetros estar prevista a aquisição de novos equipamentos, não tendo conhecimento de que haja violação da lei até porque existe um contrato com uma empresa que faz a gestão dos mesmos. -----

--- Quanto às despesas de representação esclareceu ser uma componente legal que faz parte dos vencimentos dos Presidentes e dos Vereadores das Câmaras Municipais. -----

--- Quanto ao saneamento referiu que a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo apresentou uma candidatura para o mesmo, salientando que as verbas que cabem a cada município estão asseguradas. -----

--- Relativamente à Marca “Santarém” destacou que para dois mil e sete estão previstas várias de iniciativas co-relacionadas com a Marca, estando prevista a apresentação em

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

Santarém das sete maravilhas de Portugal. -----

--- Referiu que o Dia Europeu Sem Carros é uma acção de sensibilização existindo algumas iniciativas que estão em curso e que têm a ver com a questão mobilidade e da mobilidade sem carros. -----

--- Relativamente à Escola Prática de Cavalaria salientou estar em aberto a vinda da Escola de Guarda Nacional Republicana para aquele espaço, encontrando-se a Câmara a acompanhar todo o processo respeitante à transferência da Escola Prática de Cavalaria para Abrantes. -----

--- No tocante às habitações sociais informou haver um faseamento das obras que se prende com questões de saneamento, encontrando-se prevista a entrega de alguns fogos durante o mês de Janeiro e dos restantes até Março próximo. -----

--- Quanto à estrada entre Pernes e o Arneiro das Milhariças referiu que o assunto está a ser equacionado juntamente com outros resultantes das intempéries, estando a ser efectuado um levantamento com a colaboração dos Presidentes de Junta de modo a fazer-se uma avaliação dos prejuízos causados para ser remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional para que possa ajudar a Câmara a resolver este problema grave, salientando não existir um problema de risco eminente de derrocada na referida estrada. -----

--- Esclareceu no tocante ao Gabinete de Apoio à Vítima que estão reunidas condições para que o referido gabinete possa entrar em funcionamento no próximo mês de Janeiro.

--- Quanto ao protocolo celebrado com a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, salientou que o mesmo prevê que no prazo de três anos seja elaborado um diagnóstico tendo em vista a implementação das medidas que forem detectadas com um grau de execução de setenta por cento. -----

--- Por último, retomou a palavra o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, clarificando que não abordou a questão das “Águas do Ribatejo” por um princípio ético, tendo ficado mais tranquilo em relação ao saneamento. -----

- *Este ponto não carece de qualquer votação.* -----
- **PONTO DOIS – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.** -----
- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----
- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação do **Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e sete da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----
- O senhor **Pedro Braz** apresentou a seguinte declaração prévia sobre este ponto: -----
- “O Partido Socialista preferiu não discutir este orçamento e abandonar o plenário – embora o vá votar – devido à ausência do responsável máximo político deste concelho de Santarém, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Moita Flores. -----
- A ausência do Dr. Moita Flores – Presidente da Câmara Municipal de Santarém – além de constituir uma falta de consideração por esta Assembleia Municipal, impossibilita confrontar o senhor Presidente da Câmara Municipal com o documento mais importante e estratégico para o concelho e do qual é o responsável máximo – o Orçamento. -----
- Na verdade, gorou-se a expectativa do Partido Socialista de confrontar o senhor Presidente da Câmara Municipal com as suas próprias palavras de há um ano atrás. Nessa altura, o Dr. Moita Flores referiu que com ele o Orçamento seria um documento sério, diferente, como o iria demonstrar”. -----
- Solicitou a palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** para lamentar a atitude dos eleitos do Partido Socialista em abandonar o plenário, considerando ser uma falta de respeito para com a restante vereação da Câmara presente. -----
- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Malaca** que considerou este documento

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

muito frágil, pois cerca de cinco milhões de contos estão dependentes da aprovação pelo Tribunal de Contas da antecipação de receitas da EDP. -----

--- Referiu o aumento de dezassete vírgula sessenta e três por cento das despesas com pessoal. -----

--- Sugeriu porque não apostar na realização de espectáculos, à semelhança daquilo que é feito pelo Município de Óbidos.-----

--- Interveio, depois, o senhor **José Luís Cabrita** que salientou que perante o rigor anunciado pelo senhor Presidente da Câmara esperava ver um outro Orçamento apresentado pelo Partido Social Democrata, e não uma continuidade dos apresentados pelo Partido Socialista. -----

--- Referiu existir um acréscimo do endividamento tendo em conta que as despesas aumentam e as receitas são virtuais, verificando-se um aumento da despesa com pessoal, assim como uma subida significativa com encargos referentes à aquisição de bens e serviços. -----

--- Referiu com agrado que os compromissos com as Juntas de Freguesia estejam a ser cumpridos, assim como a tentativa do Executivo em encontrar soluções que permitam pagar as dívidas do Município. Todavia, com os documentos apresentados tem sérias dúvidas que as dificuldades financeiras do Município não tendam a aumentar.-----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que lamentou a atitude dos elementos do Partido Socialista com excepção dos Presidentes de Junta que ficaram na sala. -----

--- Felicitou o Executivo pela coragem assumida, apesar das dificuldades financeiras do Município, cumprindo atempadamente as transferências de verbas para as freguesias. ----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que salientou a necessidade de ser iniciado o projecto respeitante ao saneamento básico da sua freguesia. -----

--- Referiu que o Plano de Actividades e Orçamento a ser cumprido é o melhor dos

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

289

últimos anos para a freguesia de Vaqueiros dado que todas as verbas estão definidas. ----

--- Lamentou que a Junta de Freguesia de Vaqueiros não tenha sido contemplada nos acordos de pagamentos aos empreiteiros.-----

--- De seguida, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, que considerou que a falta de respeito dos elementos do Partido Socialista também é para com os membros da Assembleia presentes. -----

--- Referiu que as verbas para as autarquias provenientes do Orçamento de Estado são cada vez menores enquanto as competências tem vindo a aumentar. -----

--- Destacou a resolução de grande parte das dívidas da Câmara para com as Juntas de Freguesia, realçando o aumento dos duodécimos bem como o seu pagamento atempado.

--- Tomou, depois, a palavra o senhor **José Gandarez** que repudiou o comportamento dos elementos da bancada do Partido Socialista, com excepção dos senhores Presidentes de Junta, ao abandonarem a sala querendo com isso ser manchete de jornal. -----

--- Lamentou que o Partido Socialista depois de ter rejeitado a introdução na Ordem de trabalhos de um Empréstimo que era fundamental para a Ribeira de Santarém e Alfange porque não tiveram tempo para analisar os documentos, agora se recusem a discutir o Orçamento que tiveram tempo para apreciar. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Nuno Serra** que considerou ser notório o esforço do Executivo em tentar equilibrar as contas do Município. -----

--- Quanto à sugestão do senhor Pedro Malaca referiu que para isso é necessário criar empresas municipais, lembrando que a oposição impediu a concretização das mesmas no início do actual mandato.-----

--- Destacou o trabalho do Executivo no sentido de encontrar uma solução uniforme e justa que permita a utilização de um critério de modo a que as Juntas de Freguesia saibam aquilo que têm para gerir.-----

--- Realçou as verbas para a criação de novos Postos de Turismo na cidade, os investimentos previstos para os Jardins das Portas de Sol, Sá da Bandeira e da República,

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

assim como as rubricas para as obras de saneamento básico nas freguesias. -----

--- Referiu que os acordos de pagamentos são uma prova de boa fé, afirmando que este orçamento é revelador do esforço do Executivo em tentar recuperar a questão financeira do município. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que esclareceu que os Presidentes de Junta de Freguesia ficaram na sala de plena consciência. -----

--- Salientou que sempre foi defensor de critérios, lembrando que ele próprio enquanto Vereador definiu critérios e reunia periodicamente com os Presidentes de Junta. -----

--- Salientou que um terço das receitas do Orçamento decorrem da antecipação de receitas, questionando como é que o Executivo irá proceder caso a referida antecipação não seja aprovada. -----

--- Concluiu, salientando que, apesar do documento apresentado não ser o Orçamento que idealizava, se iria abster na votação do mesmo. -----

--- Usou da palavra, de seguida, o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, lembrando relativamente ao abandono da sala que no anterior mandato também assistiu a este tipo de cenário por parte do PSD, quer na Assembleia, quer na Câmara. -----

--- Salientou não concordar com os rácios atribuídos a cada Junta de Freguesia tendo em vista a distribuição de verbas. -----

--- Interveio novamente o senhor **José Gandarez** querendo saber se o anterior orador é a favor ou contra o abandono das salas. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, dando os parabéns ao senhor Diamantino Duarte por verificar que pela primeira vez existem critérios para a distribuição de verbas. -----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, para clarificar que apenas se limitou a dar os

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

291

parabéns aos elementos do Partido Socialista que ficaram presentes na sala. -----

--- Depois, retomou a palavra o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, para lembrar que quando se começaram a definir critérios foi no Orçamento para mil novecentos e noventa e três, sublinhando que enquanto Vereador reunia semestralmente com os Presidentes de Junta para discutir a prioridade das obras a realizar nas freguesia.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Aires Lopes** que perguntou quais os critérios utilizados para a atribuição de trinta e cinco mil euros para o RECRIA e cem mil euros para a Casa da Portagem. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **João Lucas** que considerou que um Orçamento tem contingências legais que influenciam as Grandes Opções do Plano, referindo que este Orçamento vem suportar uma estratégia para o concelho de Santarém.-----

--- Sugeriu que os mapas de suporte orçamental deveriam ser melhorados de modo a permitir uma análise mais fácil do documento. -----

--- Considerou que um Município como o de Santarém com o actual nível de endividamento não consegue de forma alguma encontrar a angariação de receitas, de um dia para o outro, que possam colmatar todas as necessidades de investimento. -----

--- Referiu que entende as preocupações dos Presidentes de Junta uma vez que são eles que mais sentem os problemas das populações e concluiu, salientando que nas Grandes Opções do Plano estão identificadas as principais necessidades do concelho. -----

--- Interveio novamente o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, salientando que os critérios referidos pelo senhor Diamantino Duarte tinham a ver com o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** começou por esclarecer que os dezassete por cento respeitantes à despesa com pessoal têm a ver com o peso deste encargo nas despesas correntes, sublinhando ter havido uma redução de um por cento face ao ano de dois mil e seis. Acrescentou que o aumento da despesa com

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

peçoal foi de cinco por cento relativamente a este ano. -----

--- Referiu que a antecipação de receitas tem de estar inscrita em Orçamento em virtude de ser um processo que está a decorrer, contrariamente ao Leaseback que não chegou a ser aprovado pelo Executivo, esperando que o Tribunal de Contas faça uma análise técnica do documento e não política. -----

--- Considerou que não é a fazer eventos que se irá criar um maior investimento, contudo é necessário a criação de uma empresa municipal de turismo e cultura que permitirá recolher melhores receitas para investir em outras áreas.-----

--- Salientou que o aumento das despesas de capital é superior ao das despesas correntes, justificando que o aumento das despesas com pessoal teve a ver com as admissões e promoções que o Partido Socialista realizou em meados de dois mil e cinco que fez disparar as mesmas em cerca de quatro milhões de euros. -----

--- Quanto ao aumento das despesas com prestações de serviços, esclareceu que o mesmo decorre da criação da Comissão Arbitral Municipal, da prestação de apoio complementar ao ensino básico e ao aluguer operacional de viaturas. -----

--- Considerou a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros injusta em relação aos acordos de pagamentos, salientando que Vaqueiros não ficará excluída destes acordos, todavia, não foi possível incluir todas as freguesia nesta primeira fase. -----

--- Referiu que os critérios foram definidos com base nas transferências havidas nos últimos anos, destacando que cada freguesia recebe no mínimo vinte mil euros. -----

--- Afirmou que no caso da antecipação de receitas não ser aprovada pelo Tribunal de Contas terá de se encontrar uma outra solução. -----

--- Esclareceu que o RECRIFA está dependente de candidaturas particulares, referindo que a verba foi atribuída com base nas candidaturas apresentadas nos últimos anos. -----

--- Relativamente à Casa da Portagem, informou ser um assunto complicado face aos erros de projecto, salientando ser necessário investir ali cerca de seiscentos mil euros

uma verba bastante elevada tendo em conta o fim a que se destina aquele imóvel.-----

--- Concluiu, considerando ser o Orçamento possível sentindo-se satisfeito, apesar de todas as contingências, verificando-se uma acréscimo de doze vírgula quatro por cento na educação, catorze vírgula sete por cento no desporto, duzentos e trinta por cento na acção social, trinta e um por cento na cultura, noventa e sete por cento na protecção civil, dezanove por cento no ordenamento do território e trinta por cento no turismo.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta votos a favor, um voto contra e vinte e duas abstenções.-----

--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto:-----

--- Senhor **Pedro Malaca** “Sobre este orçamento consideramos necessário destacar três aspectos:-----

--- Primeiro o orçamento assenta numa base frágil visto que a principal origem de fundos é a venda de bens e serviços correntes através do recurso a uma operação de antecipação de receitas da EDP – operação que não é certa e que, caso não se venha a confirmar, deita por terra todo o orçamento. Por outro lado, já anteriormente sublinhámos que uma antecipação de receitas desta envergadura, e na actual situação financeira da autarquia, constitui uma hipoteca grave sobre o futuro do concelho. Este tipo de financiamentos tem ainda outro perigo não menos grave, cria uma sensação ilusória de riqueza e conduz a políticas igualmente ilusórias que levam a gastos exuberantes e que não são prioritários.

--- Santarém tem de se libertar das ilusões...-----

--- Segundo, na presente situação financeira gostaríamos que as despesas tivessem uma forte componente de investimento, de produção de riqueza, que não fossem só gastos. ---

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- Santarém tem de se libertar das fontes de financiamento tradicionais, tem de ser uma cidade mais autónoma... -----

--- Acreditando no sucesso do Festival do Alviela e nas qualidades mediáticas do senhor Presidente da Câmara, poderíamos promover vários festivais como elementos dinamizadores do concelho. -----

--- Terceiro, este orçamento elenca algumas prioridades. Estas são opções políticas e devem ser pormenorizadas, de modo a que se percebam a estratégia, as metas a atingir e os meios para atingir essas metas. As estratégias de desenvolvimento devem ser conhecidas e discutidas. -----

--- Santarém tem de se libertar desta ilusão de acção, de hiperactividade que, sem objectivos claros, não passa de mais uma ilusão... -----

--- É por considerarmos que Santarém se deve libertar destas políticas que votamos contra este orçamento”.-----

--- Senhora **Dúnia Palma** “O Partido Socialista absteve-se neste orçamento porque, não obstante as lamúrias sobre a Lei das Finanças Locais, verificamos que existe mais dinheiro na totalidade, mais despesas correntes e a dívida agravada. -----

--- Consideramos um mau orçamento – documento que o Partido Socialista nunca faria – e a nossa abstenção tem como razão fundamental não dar argumento ao senhor Presidente da Câmara para arranjar desculpas para o que não vai concretizar”.-----

--- Senhor **Ricardo Costa** – Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente do Paúl “Votei a favor do orçamento por estarem consignadas obras com verbas definidas para o desenvolvimento da freguesia de São Vicente do Paúl”. -----

--- Senhora **Idália Moniz** “Manifesto o meu desagrado pelo facto de ter sido instada pelo senhor Vereador Ramiro Matos a dar um esclarecimento e não me ter sido permitido. Queria também, nesta declaração de voto, manifestar igualmente o meu desagrado por permanentemente serem confundidas as funções em que participo nesta Assembleia. No entanto, queria dizer que a Lei das Finanças Locais está para promulgação do senhor

Presidente da República, pelo que devemos aguardar e depois proceder em conformidade com a legislação em vigor para as finanças locais”.

--- PONTO TRÊS – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação do **Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e sete dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que referiu que a Coligação Democrática Unitária não tem qualquer objecção relativamente ao Orçamento apresentado para dois mil e sete.

--- Sublinhou que os documentos apresentados evidenciam ser possível gerir a coisa pública com eficácia, assim como demonstra que a gestão tripartida dos últimos anos tem obtido resultados positivos.

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e sete**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- PONTO QUATRO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de dois mil e sete no montante de um milhão duzentos e trinta e dois mil seiscentos e doze euros e dez cêntimos, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três e Quatro**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo usado da palavra o senhor **João Cabral** que referiu estar bastante triste pela não aprovação do empréstimo para a Ribeira de Santarém e Alfange de modo a permitir uma melhor qualidade de vida daquela população, salientado que irá transmitir, enquanto candidato a Presidente da Junta da Ribeira de Santarém, a tristeza que hoje aqui aconteceu. -----

--- Por último, usou da palavra o senhor **Luís Fernando** que considerou que o PS ficou de novo de costas voltadas para o Tejo e a zona ribeirinha, salientando que a cidade de

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

297

Santarém tem sido a grande poluidora da Vala da Ponte d' Asseca e até esta data nada foi feito.-----

--- Era uma horas e quarenta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----

--- Aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma hora, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da Sessão Ordinária de Dezembro, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos. -----

--- A senhora **Primeira Secretária da Assembleia** informou da ausência do senhor Presidente da Assembleia, por motivos de ordem profissional, pelo que ela própria iria assumir a presidência da Mesa da Assembleia. Deu, também, conhecimento da ausência do senhor Segundo Secretário, por motivos de saúde, convidando de seguida os senhores Adelino José Ribeiro da Cruz e Vicente Carlos Flor Batalha para ocuparem os lugares de Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente. -----

--- Seguidamente, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, António Miguel Moura Pires, António Rodrigues Neto, Carla Patrícia Lopes Neto, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- Presidentes de Junta:-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Maria José Mancellos Santos Gomes (Almoster), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Maria Celeste Cadima Gonçalves (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel de Sousa Varajão (São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Joaquim Júlio da Luz Saramago – Presidente da Junta de Freguesia de Achete-----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores António Júlio Pinto Correia, Carlos Manuel Luís Catalão, Catarina Fernandes Garcia Correia, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Filipe Piedade Valente e Jaime Manuel Teodoro Santos -----

--- Executivo Municipal -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

299

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Ramiro José Jerónimo de Matos, Mário José Rodrigues dos Santos, Lúcia Corujo Reis Batalha e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Ausências: -----

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro, Manuel António dos Santos Afonso, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e Maria Luísa Raimundo Mesquita. -----

--- Confirmada a existência de quórum, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **Nuno Filipe Brites Pereira Lima e Joaquim António Salgado Canha** que tomaram posse em substituição das senhoras Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata e Catarina Fernandes Garcia Correia, ambas eleitas pela lista do Partido Social Democrata, que solicitaram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento. -----

--- A seguir, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Dezembro, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO CINCO – PROPOSTA RESPEITANTE AO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, LOCALIZADOS NA PRACETA DEFENSORES DA PÁTRIA E BAIRRO SUÍÇO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência às deliberações camarárias de sete de Agosto e de vinte de Novembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a apreciação do **Valor Patrimonial Tributário de Imóveis do Município de Santarém – Localizados na Praceta Defensores da Pátria e Bairro Suíço**, a fim de serem apreciados os valores constantes dos mesmos, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- Dada a inexistência de intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a proposta respeitante ao **Valor Patrimonial Tributário de Imóveis do Município de Santarém – Localizados na Praceta Defensores da Pátria e Bairro Suíço**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO SEIS – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE À EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA PONTE D. LUÍS I, EM SANTARÉM.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Novembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a declaração de interesse público do Projecto de Reabilitação e Reforço da Ponte D. Luís I, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Público Respeitante à Empreitada de Reabilitação da Ponte D. Luís I, em Santarém**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO SETE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE À EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E ALARGAMENTO DA PONTE SOBRE A RIBEIRA DE PEROFILHO AO QUILÓMETRO SETENTA+SETECENTOS.** --

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a declaração de interesse público para a região do Projecto de Reabilitação e Alargamento da ponte sobre a Ribeira de Perofilho, ao quilómetro setenta+setecentos, da Estrada Nacional Cento e Catorze, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Público Respeitante à Empreitada de Reabilitação e Alargamento da ponte sobre a Ribeira de Perofilho ao quilómetro setenta+setecentos**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO OITO – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE À SUBSTITUIÇÃO DA PONTE DO BARBANCHO SOBRE A RIBEIRA DAS ALCOBERTAS AO QUILOMETRO SESSENTA E CINCO+NOVECENTOS E SESSENTA**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a declaração de interesse público ao Projecto “Estrada Nacional Cento e Catorze – Ponte do Barbancho sobre a Ribeira das Alcobertas ao quilómetro sessenta e cinco+novecentos e sessenta – substituição”, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em**

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

exercício submeteu a votação a **Declaração de Interesse Público respeitante à substituição da Ponte do Barbancho sobre a Ribeira das Alcobertas ao quilómetro sessenta e cinco+novecentos e sessenta**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO NOVE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE AO PROJECTO DE CONSOLIDAÇÃO DAS BARREIRAS DE SANTARÉM. ----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a declaração de interesse público ao Projecto de Consolidação das Barreiras de Santarém, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** que referiu que a problemática das Barreiras de Santarém tem sido acompanhada com grande preocupação pela Coligação Democrática Unitária já há muitos anos. -----

--- Salientou que a intervenção nas barreiras do planalto é da responsabilidade de várias instituições, referindo que foi elaborado um relatório, sobre a situação das referidas barreiras, que deu origem à assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal de Santarém, o Ministério das Obras Públicas e o Ministério do Ambiente, o qual obrigava o Município de Santarém a abrir um concurso para a contratação de um Gabinete de Estudos e Projectos com vista à elaboração de um projecto global para as Barreiras de Santarém. -----

--- Referiu que os deslizamentos de terras têm ocorrido com alguma frequência, situação que envolve questões de ordem social, havendo inclusive casas em perigo. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

303

--- Depois, usou da palavra o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, apresentando os parabéns ao Executivo Municipal pela apresentação desta proposta, aproveitando para manifestar o seu veemente protesto contra o Governo pelo facto deste ter incluído em PIDDAC uma verba de apenas sessenta e cinco mil euros para um problema que não é concelhio mas nacional. -----

--- Transmitiu o sentimento de indignação da população de Alfange pela posição tomada pela bancada Partido Socialista na última sessão da Assembleia inviabilizando deste modo a contratação de um empréstimo para recuperação da zona ribeirinha. -----

--- Tomou a palavra de seguida o senhor **Fernando Mendonça Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que salientou que a sua freguesia está no “alerta laranja” relativamente às Barreiras de Santarém, referindo não ter conhecimento se a Ribeira de Santarém está incluída nesta intervenção. -----

--- Deu conhecimento de alguns deslizamentos de terras, nomeadamente na subida de Santa Clara, na Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco e na Calçada de S. Tiago. -

--- Retomou a palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** para informar que durante a discussão do Orçamento de Estado para o ano de dois mil e sete foram apresentadas propostas pelas bancadas do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista “Os Verdes” tendo em vista a inclusão de verbas em PIDDAC para a recuperação das referidas Barreiras de Santarém. Propostas essas que foram rejeitadas com os votos contra do Partido Socialista e do Partido Social democrata e a abstenção do CDS-Partido Popular. -----

--- Esgotadas as intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Público Respeitante ao Projecto de Consolidação das Barreiras de Santarém**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- PONTO DEZ – PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS A COBRAR PELA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Dezembro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a apreciação e votação da manutenção, a título experimental e pelo período de seis meses, dos valores constantes no número três, do artigo vinte, do Decreto-Lei cento e sessenta e um/dois mil e seis, de oito de Agosto, do número dois do artigo treze e do número dois do artigo dezasseis, ambos da Portaria mil cento e noventa e dois/dois mil e seis, de três de Novembro, e nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** questionando se a presente Comissão já de encontra constituída. Caso não o esteja, afirmou que o prazo proposto para vigorarem as taxas é demasiado escasso, considerando que, a título experimental, as referidas taxas deveriam vigorar pelo prazo de um ano. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** informou que a Comissão ainda está a ser constituída. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a proposta de **Manutenção dos Valores das Taxas a Cobrar pela Comissão Arbitral Municipal de Santarém**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO ONZE – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. -----

--- Pela Bancada da Coligação Democrática Unitária foi apresentada uma proposta indicando o nome do senhor **Firmino Joaquim Prudêncio de Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Santarém. -----

--- Dado haver consenso em relação ao nome apresentado, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a proposta em epígrafe, tendo sido **eleito por unanimidade** o senhor **Firmino Oliveira** para integrar o referido Conselho Municipal de Educação.-----

--- **PONTO DOZE – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.----**

--- **Voto de Pesar:** -----

--- “O Jornalista Germano Pacheco morreu no passado dia vinte e quatro de Novembro. Deixou saudades e um lugar vazio. Era educado e de fino trato, e estabelecia com facilidade relações de conhecimento e proximidade, nos mais variados meios.-----

--- Nascido no Porto, que dividiu com Lisboa, ainda conseguiu arranjar um lugar muito especial no seu grande e generoso coração para a cidade de Santarém e, dentro dela, para a sua Ribeira adoptiva. Aí, onde morava, constituíra família, de que muito se orgulhava.

--- Germano Pacheco foi um homem dos sete instrumentos, ao longo da vida, cortada quando tinha muito para dar, na tranquilidade e sabedoria dos anos. Gostava da vida, e foi um típico produto tradicional da geração de cinquenta/sessenta, na música, no teatro, nas leituras, na escrita e nos (des)interesses. Dentro da polivalência, Germano Pacheco era essencialmente um jornalista, um homem da Rádio, um profissional, e a Rádio Pernes foi a sua última casa. Era na rua que se sentia no seu elemento, e onde dava o melhor de si. A Rádio não se quer perfeita, a régua e esquadro, mas o ruído, com movimento, dizia com convicção. Por tudo quanto fez por Santarém, onde chegou a ser autarca eleito, e cuja vida acompanhava com muito interesse, e pelo Ribatejo, a que se dedicou, Germano

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

Pacheco merece na hora do adeus uma palavra de reconhecimento e gratidão. -----

--- Por isso, PROPÕE-SE: -----

--- QUE A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM DELIBERE EXARAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO JORNALISTA GERMANO PACHECO, E EXPRESSAR À SUA FAMÍLIA AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vicente Batalha** que destacou as qualidades pessoais e humanas de Germano Pacheco, referindo ser um homem vivido que tinha a cultura e a experiência da vida.-----

--- Seguidamente, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação o Voto de Pesar em epígrafe, tendo sido **aprovado unanimidade**.-----

--- **Voto de Pesar:** -----

--- “No passado dia dez de Outubro faleceu em Santarém onde residia há muitos anos, o senhor Engenheiro António José Souto Barreiros Mota de setenta e nove anos de idade, natural do Pombalinho, concelho de Santarém.-----

--- Homem simples, cidadão exemplar, afável e de fino trato, a sua morte a todos consternou.-----

--- Barreiros Mota foi um homem extremamente dedicado às causas da sua terra, tendo colaborado vivamente no restauro do Santuário do Santíssimo Milagre bem como no reavivar das tradições a ele ligadas.-----

--- Como cidadão, lutou e reivindicou pelos interesses da sua terra, empenhando-se de uma maneira muito especial durante os três mandatos (dez anos) em que foi Presidente da Junta de Freguesia de Marvila e Santarém com dedicação e carinho, de uma forma simples e directa dando sempre a cara pelas necessidades e aspirações dos seus munícipes e pelos ideais em que acreditava e defendia.-----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, na sua sessão de vinte e nove de Dezembro, delibera:-----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

307

--- Manifestar um voto de profundo pesar pela morte do ex-autarca e cidadão de Santarém, ANTÓNIO JOSÉ SOUTO BARREIROS MOTA, e endereçar à sua família, a expressão das mais sentidas condolências”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, que realçou que Barreiros Mota defendeu sempre os interesses da sua terra, tendo sido Presidente da Junta de Freguesia de Marvila durante três mandatos, dedicando-se de alma e coração no desempenho das suas funções enquanto autarca. -----

--- A seguir, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação o Voto de Pesar em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi apresentada a seguinte Proposta: -----

--- Um – Considerando que na Sessão da Assembleia Municipal de quinze de Fevereiro de dois mil e seis, o Deputado Municipal eleito na lista do CDS-PP defendeu numa proposta a necessidade urgente em se constituir uma SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana para actuar na reabilitação no C.H. – Centro Histórico da Cidade de Santarém. --

--- Dois – Considerando que durante o debate da referida proposta, foi a dado passo referido pelo senhor Presidente da Câmara, que se estava a ultimar os estatutos para a constituição de uma SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

--- Três – Considerando que decorreu um prazo extraordinariamente longo, que se pode considerar um “escândalo”, sem que seja apresentado a esta Assembleia Municipal de Santarém, uma proposta do executivo municipal, para a constituição de uma SRU, quando se constata que o nosso C.H. continua diariamente a esboroar-se o que conduzirá inevitavelmente à sua crescente desertificação. -----

--- Quatro – Considerando que é insustentável aguardar-se mais tempo nesta Assembleia Municipal de Santarém, eleita com os votos dos munícipes em nove de Outubro de dois mil e cinco, por uma decisão política sobre a constituição de uma SRU para lançar medidas indispensáveis na recuperação do Centro Histórico de Santarém, de que tanto carece há muito. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

--- Em face dos considerandos expostos a Assembleia Municipal de Santarém, reunida na sua sessão do mês de Dezembro de dois mil e seis, aprova a seguinte proposta:-----

--- A Câmara Municipal de Santarém, deverá dar prioridade a esta matéria reunindo condições para que a Assembleia Municipal de Santarém se pronuncie sobre a constituição de uma SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana em Santarém, no prazo máximo de trinta dias”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Aires Lopes** fazendo a apresentação da sua proposta, considerando que seria útil que o senhor Presidente da Câmara prestasse alguns esclarecimentos sobre este assunto.-----

--- Depois, interveio o senhor **José Gandarez** que referiu que o Partido Social Democrata se iria abster na votação desta proposta porque a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) faz parte do programa eleitoral do PSD, lembrando que o Executivo Municipal no início deste mandato apresentou uma proposta para a constituição da SRU.

--- Criticou a posição tomada pelo autor desta proposta na última sessão da Assembleia, votando contra a inclusão de um empréstimo de seis milhões de euros para a reabilitação urbana da Ribeira de Santarém e Alfange.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **José Luís Cabrita** que referiu que a CDU nada tem contra a proposta apresentada desde que seja retirado o prazo estabelecido na mesma.-----

--- Recordou que esta força política já no anterior mandato apresentou uma proposta para a criação da SRU. Todavia, entende que a mesma não deverá ser constituída de qualquer forma, devendo ser, em sua opinião, devidamente ponderada para que ela venha a resultar em benefício da cidade. A SRU, segundo afirmou, não é a solução para todos os problemas do Centro Histórico.-----

--- Salientou que cabe à Câmara dinamizar a constituição da SRU, sublinhando que após a apresentação da proposta, por parte do Executivo Municipal, apenas se realizou uma reunião do Grupo de Trabalho criado para o efeito, onde foi distribuída documentação,

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

309

não se registando mais nenhum avanço em relação ao assunto. -----

--- Usou novamente da palavra o senhor **Aires Lopes** para esclarecer em relação à admissão da proposta referente à contratação do empréstimo de seis milhões de euros que se absteve e explicou, na devida altura, porquê, sublinhando que nada tem contra a Ribeira de Santarém e Alfange. -----

--- Lembrou que em quinze de Fevereiro do ano findo, apresentou uma proposta relacionada com esta matéria, tendo, nessa oportunidade, dado um tempo ao Executivo e que iria insistir no assunto caso a constituição da SRU não se concretizasse dentro do prazo por ele estabelecido. -----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Pedro Braz** que solicitou ao senhor Vereador Rui Barreiro para, com a permissão do senhor Presidente da Câmara, se pronunciar sobre as negociações que foram feitas sobre a Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

--- Retomou a palavra o senhor **José Gandarez** para referir que estanhou a posição do senhor Aires Lopes relativamente à questão do empréstimo, depois de ter afirmado na reunião do Secretariado que o CDS-Partido Popular não tinha qualquer problema em aprovar o assunto em causa. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Rui Barreiro** que começou por referir que a Sociedade de Reabilitação urbana (SRU) também fazia parte do programa eleitoral do Partido Socialista. -----

--- Salientou que o Partido Socialista foi muito claro quando este assunto foi abordado pela primeira vez na Câmara, referindo que não concordavam com a proposta apresentada por duas razões: em primeiro lugar porque discordava da remuneração proposta para o Conselho de Administração da SRU; por outro lado, não aceitavam os imóveis apresentados no Estudo Económico, designadamente os edifícios do Canto da Cruz e do antigo Banco de Portugal. -----

--- Posteriormente, segundo referiu, foi criada no seio da Câmara uma Comissão, com um representante de cada força política, no sentido de ultrapassar as divergências havidas

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

de modo a permitir a criação da constituição da SRU.-----

--- Adiantou que, até à presente data, apenas houve uma reunião da referida Comissão na qual foi entregue um dossier que continha um conjunto de avaliações referentes a outros imóveis, bem como uma proposta de estatutos que já contemplava as sugestões anteriormente apresentadas. Portanto, em seu entender, as responsabilidades tem de ser endereçadas a quem cabe dinamizar esta Comissão. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu que o Executivo propôs a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) que tivesse uma gestão profissional que certamente iria poupar muitos milhares de euros ao erário público. -----

--- Referiu que de facto foram apresentados alguns imóveis, que não foram aceites pelos Vereadores do Partido Socialista, considerando que se está a confundir a SRU com o Leaseback. Acrescentou que, em face da posição tomada pelo Partido Socialista, se procedeu à avaliação de outros imóveis que levou alguns meses, tendo sido entregue, há mais de mês e meio, uma listagem ao Partido Socialista, estando a aguardar indicações dos Vereadores do Partido Socialista sobre esta matéria.-----

--- Salientou que grande parte do património do Município de Santarém não se encontrava registado estando os serviços, nesta altura, a proceder à regularização desses registos.-----

--- Concluiu, referindo que espera que a constituição da SRU aconteça durante o primeiro trimestre deste ano.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Vereador Rui Barreiro** clarificando que os documentos fornecidos ao Partido Socialista foram também fornecidos aos eleitos da Coligação Democrática Unitária. -----

--- Referiu que durante a reunião da comissão não foi fornecida qualquer listagem de imóveis e que na mesma teve a oportunidade de questionar o senhor Vereador Ramiro Matos sobre a listagem final a apresentar. -----

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

311

--- Sublinhou que o Estudo Económico para a constituição da SRU previa os imóveis que o Partido Socialista discordava como alienáveis.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vereador Ramiro Matos** que referiu que em Dezembro de dois mil e cinco o Executivo apresentou uma proposta concreta para a constituição da SRU que assentava na Ribeira de Santarém e Alfange, prevendo ainda que a área de reabilitação urbana fosse também alargada ao Centro Histórico.-----

--- Disse que a proposta estava devidamente instruída com os respectivos Estatutos e Estudo Económico e acompanhada de uma listagem de imóveis que serviria para o capital social da empresa, que é na sua totalidade do Município de Santarém, dado que a Câmara não dispunha de dinheiro suficiente para o referido capital social.-----

--- Prosseguiu, em virtude de não ter havido entendimento sobre esta matéria foi criada então uma Comissão composta por um elemento de cada partido com assento na Câmara.

--- Informou que foram entregues, há cerca de dois meses, aos elementos da referida Comissão uma listagem de outros imóveis avaliados e também os Estatutos da SRU com as alterações que haviam sido sugeridas, destacando que até agora ainda não foi obtida qualquer referência ou sugestão sobre este assunto.-----

Por último, foi dada a palavra ao senhor **Aires Lopes** que solicitou em relação ao prazo dado que em vez de “trinta dias” passe a vigorar “até à próxima sessão da Assembleia”.

--- Esgotadas as intervenções, a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a votação a Proposta em epígrafe, com a alteração sugerida pelo proponente, tendo sido **aprovada por maioria**, com dezanove votos a favor, zero votos contra e trinta e três abstenções.-----

--- Pelo senhor **José Luís Cabrita** foi prestada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “A nossa abstenção resulta do facto de estando de acordo com os fundamentos da proposta não podermos de forma alguma concordar com a fixação de um prazo mesmo que ele seja: *até à próxima sessão da Assembleia*”.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor

ACTA Nº. 13/2006
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2006
2ª Reunião 12 de Janeiro de 2007

Presidente da Assembleia declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Nuno Monteiro** que deu conhecimento do teor da deliberação aprovada na Assembleia de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, repudiando a posição tomada pela bancada do Partido Socialista sobre o empréstimo de seis milhões de euros para a reabilitação urbana da Ribeira de Santarém e Alfange, inviabilizando que o assunto fosse discutido na última sessão da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- Depois, interveio a senhora **Maria Emília Cunha** que referiu a necessidade dos pavimentos na Ribeira de Santarém onde ocorreram as obras de saneamento serem repostos nas devidas condições, considerando que deveria haver uma maior fiscalização relativamente à forma como os trabalhos são executados.-----

--- Alertou para o problema das constantes inundações quando chove, depois do pavimento ter sido elevado, em cerca de cinquenta centímetros, devido às obras de saneamento, situação que antes das referidas obras nunca tinha acontecido. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Luís Romão** que informou ter tido conhecimento pela comunicação social de mais uma descarga brutal no Rio Alviela. -----

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** informou que o Município está à procura de uma solução para o problema dos esgotos na Ribeira de Santarém, a qual irá ser violenta em termos financeiros para a autarquia. -----

--- Quanto ao Alviela, referiu que continua a aguardar uma resposta do senhor Secretário de Estado do Ambiente acerca das diligências que aquele governante iria fazer junto da EPAL e de Alcanena, salientando ser um processo que o Executivo não irá deixar o Governo esquecer. -----

--- Relativamente ao empréstimo da seis milhões de Euros, afirmou que se perdeu esta oportunidade mas que, mais tarde ou mais cedo, irão vencer, destacando existirem dois problemas muito graves que são as Barreiras de Santarém e o Alviela que têm de ser

resolvidos com a ajuda do Governo.-----

--- De seguida, solicitou a palavra o senhor **Sérgio Pardal** que lembrou que a obra do Projecto Al-Margem foi oriunda do Partido Socialista.-----

--- Interveio, a seguir o senhor **Pedro Braz** que começou por referir que o PS teve a oportunidade de esclarecer a sua posição através de um comunicado. -----

--- Questionou qual a freguesia rural que foi objecto de um investimento superior a sete milhões de euros.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia em exercício** solicitou ao público presente para não se manifestar caso contrário teria que dar por encerrados os trabalhos o que seria de lamentar.-----

--- Prosseguiu o senhor **Pedro Braz** referindo os "timings" utilizados pelo Executivo em relação à Contratação do Empréstimo em causa, considerando que a responsabilidade pelo não agendamento deste assunto não caberá certamente ao Partido Socialista. -----

--- A senhora **Presidente da Assembleia em exercício** em virtude de não haver condições para prosseguir os trabalhos devido aos protestos do público presente, deu por terminado o **Período de Intervenção do Público**.-----

--- Eram vinte e três horas quando a senhora **Presidente da Assembleia em exercício** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

----- **O PRESIDENTE** -----